



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2015**  
**(Do Sr. Deputado CÉSAR HALUM)**

Solicita realização de Audiência Pública para debater o sistema de remuneração dos Shoppings Centers sobre os lojistas em face da atual crise econômica

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal c/c o Art. 255 do Regimento Interno, requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, seja(m) convidado(s) a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, representantes do Conselho Nacional de Lojistas em Shoppings Centers-CONECS e da Associação Brasileira de Shopping Centers ABRASCE para debaterem a o sistema de remuneração dos Shoppings Centers sobre os lojistas em face da atual crise econômica.

**JUSTIFICAÇÃO**

Todos sabemos que o Brasil passa por uma crise econômica onde o faturamento do comércio encontra-se em franco declínio. Dados indicam uma queda expressiva nas vendas de Shoppings Centers, afetando sobremaneira os lojistas, provocando o fechamento de lojas e a perda de empregos. Ante a tudo isso, o sistema remuneratório dos empreendimentos continua o mesmo: O art. 54 da Lei nº 8.245, que diz: “Nas relações entre lojistas e empreendedores de shopping centers prevalecerão às condições livremente pactuadas nos contratos de locação respectivos e as disposições procedimentais previstas nesta lei.”



## CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Porém, somente os grandes varejistas conseguem negociar cláusula por cláusula do contrato, a grande maioria, não tem opção; ou aderem às cláusulas estabelecidas ou ficam de fora do empreendimento. Portanto os pequenos e médios lojistas submetem-se compulsoriamente às normas estabelecidas pelos Shoppings que, mesmo diante da crise econômica, mantem quase que de maneira uniforme, cláusulas que oneram os lojistas, tais como aluguel mínimo, aluguel em dobro, cobranças por despesas com obras ou melhoramentos entre outros.

O comércio varejista situado nos shoppings centers tem desempenhado papel relevante na economia e na sociedade brasileira. Ao colocar produtos e serviços para o consumidor em locais agradáveis e dotados de segurança há muito tempo deixaram de ser simples centros de compras para se tornarem verdadeiros centros de convívio social, equipamentos do mobiliário urbano moderno; O setor gera anualmente aproximadamente cento e quarenta e bilhões de reais anuais e mais de 1,2 milhão de empregos diretos.

Entretanto, se defronta com diversas dificuldades que desestimulam sua expansão. Entre estas, gostaríamos de destacar os abusos das administradoras de shoppings, legislação locatícia defasada, falta de transparência em custos condominiais, taxas em níveis exorbitantes, inclusive a cobrança de estacionamento aos empregados das lojas.

A implementação de mecanismos para redução dos custos de locação dos lojistas de shoppings centers é altamente de interesse para o desenvolvimento da economia brasileira, bem como para a sociedade que poderá adquirir produtos a preços menores.

Temos conhecimento que essa matéria já foi debatida em outras oportunidades na Casa e que atualmente tramitam dois projetos reivindicados pelos lojistas, todavia, em nenhum momento o assunto foi debatido durante uma crise dessa envergadura que o País está enfrentando. Nesse sentido apresentamos o presente requerimento por acreditar que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

situação exige um posicionamento do governo sobre a necessidade de regulamentar um setor extremamente concentrado com vistas a salvaguardar as pequenas e médias empresas e milhares de empregos que elas geram.

Sala da Comissão, em                  junho de 2015.

Deputado **CÉSAR HALUM**  
(PRB/TO)